

FERREIRA, Alvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 296 p.

A CIDADE NO SÉCULO XXI: SEGREGAÇÃO E BANALIZAÇÃO DO ESPAÇO

Alvaro Ferreira¹

por **Vânia Regina Jorge da Silva**

Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
vaniarjsilva@gmail.com

Este livro configura uma obra importante para os que estudam o espaço urbano, em especial, do Rio de Janeiro tendo como perspectiva a cidade como uma materialização de momentos históricos densa de conflitos e contradições que se realizam no cotidiano. Sendo assim, o autor analisa a (re)produção do espaço urbano tendo como viés a reprodução das relações sociais de produção.

Alvaro Ferreira é pesquisador, professor, orientador e coordenador de núcleos de pesquisa. Através da coordenação de grupos de pesquisa tem como temas de investigação: a (re)produção do espaço urbano; as tecnologias de comunicação e informação e as novas espacialidades nas cidades; as representações no espaço urbano; espaço e movimentos sociais; as relações de trabalho e o espaço urbano. Este último, tendo ênfase no livro que hora se apresenta.

Na presente obra, o autor pode ser observado quanto a sua qualidade clara e bem humorada de organizar a pesquisa e direcionar a leitura tornando-a enriquecedora e exemplar para nós que iniciamos os passos na pesquisa acadêmica. Em sua introdução podemos perceber que “coloca as coisas no seu devido lugar”. Assim podemos perceber seu objeto de análise: a reprodução do espaço urbano tendo como foco as revitalizações das áreas centrais e portuárias com adoção de modelos ditos de “sucesso internacional”

¹ Professor do Departamento de Geografia da PUC-Rio e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

sem a consideração das especificidades historicamente construídas das cidades apresentando assim, uma banalização do espaço.

A partir da análise das propostas de revitalização da zona portuária e arredores da cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo perceber indícios de novas espacialidades. Ainda, indica que o método necessário em sua análise é o dialético através do qual, consegue integrar o movimento temporal e escalar na compreensão do fenômeno estudado. Como procedimentos, transcorre com análise quantitativa e qualitativa ao trabalhar com dados e entrevistas.

Tendo em vista que a presente obra já foi magistralmente resenhada pelos professores Horácio Capel e João Rua, respectivamente, no prólogo e no posfácio, pretende-se fazer algumas considerações que ainda podem ser destacadas com o objetivo de incentivar a leitura desta obra tão instigante para os pesquisadores do espaço urbano, ressaltando que, ainda assim, não se fará jus à sua riqueza.

No primeiro capítulo, no qual o autor informa a necessidade de focar mais na dimensão material da análise, ou seja, no “morfológico do urbano” (pp. 29, 37), ao abordar como as mudanças no sistema capitalista quanto às forças produtivas e às relações de produção e reprodução têm alterado a vida cotidiana em suas múltiplas dimensões e participado no arranjo espacial da cidade. O capítulo está estruturado em três tópicos sobre os quais podemos destacar o que se segue.

Ao abordar a reestruturação produtiva nos ressalta a necessidade de fugirmos do reducionismo de olharmos as evoluções “técnicas, em si, como elemento reestruturador do espaço urbano” (p. 41), sem levarmos em consideração os aspectos sociais que o “processo de reconversão produtiva” provoca. Ou seja, uma ênfase dada ao desenvolvimento técnico pode cegar para outras dimensões no mesmo fenômeno em estudo naturalizando mazelas que são socialmente construídas e ratificadas dentro do movimento de reestruturação do sistema capitalista.

A partir disto, transcorre nas diversas modificações que a cidade carioca passou na sua morfologia desde o final do século XIX analisando as reestruturações produtivas com foco na reprodução da força de trabalho. Para

isto, dialoga com Ricardo Antunes, Karl Marx, Henri Lefebvre, Manuel Castells, Alain Lipietz, Michael Stoper e muitos outros, discutindo o conceito de trabalho e as transformações que tem passado nas reestruturações do sistema capitalista. Este diálogo com tantos autores variados demonstra a disponibilidade que Ferreira tem em não se encerrar em uma única perspectiva científica conforme ressaltado por Horacio Capel (p. 26), “ultrapassa (...) o marco disciplinar e se estende à sociologia, à economia, à semiótica e ao conjunto das ciências sociais (...)”.

Nas transformações observadas na economia capitalista industrial centrada na produção de mercadorias, para uma ligada aos serviços, percebe-se na cidade do Rio de Janeiro uma centralização da produção de serviços, de gestão, ao invés de produção de bens; ainda, um lugar de consumo ligado ao comércio, ao transporte, à educação, ao ócio, ao turismo, à saúde e a segurança.

Dentro desta perspectiva, áreas que foram perdendo sua importância e função, como é o caso das zonas portuárias, tornam-se interessantes a determinados agentes sociais de produção do espaço urbano como o discurso midiático de “revitalizar certas áreas da cidade” (p. 64). Neste ponto, o autor considera como que os investimentos do empresariado junto como o Estado tem promovido e ratificado desigualdades espaciais. Para tal, traz a baila discussões a respeito dos conceitos de desenvolvimento e modernidade em João Rua, entre outros. Tendo como exemplificação de sua pesquisa a zona portuária e seu entorno na cidade do Rio de Janeiro, demonstra as diversas transformações pelos quais passou em sucessivas reestruturações produtivas: da ampliação e modernização até a sua subutilização, abandono e decadência tornando-se atraente para atuais investimentos.

No capítulo dois, desmembrado em dois subtítulos, Ferreira informa que tem o objetivo de se debruçar sobre os atores sociais que se tornam fundamentais nas transformações pelas quais passam as cidades, as políticas de desenvolvimento urbano, as mudanças na forma de administração urbana e o discurso do empresariamento.

Ao analisar como os agentes e atores sociais que produzem o espaço urbano se comportam diante de novas espacialidades na urbe carioca, começa por destacar os diferentes usos imbricados da terra. Neste momento, dialoga com autores como: David Harvey, Horacio Capel, Henri Lefebvre, Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, entre outros. Assim, retoma desde a colonização, as ações de diversos agentes produtores do espaço: as ordens e irmandades religiosas como proprietários imobiliários, empresas de transportes associadas ou não ao capital imobiliário, empresas de construção civil e bancos, capital nacional e estrangeiro, políticos etc.

Diante da expansão urbana percebida do Rio de Janeiro através dos tempos, o autor trabalha com a noção do termo subúrbio através de Nelson da Nóbrega Fernandes. A partir disso considera como a cidade teve o seu tecido urbano expandido de forma segregada com situações subsequentes e variadas em direção à zona Sul, zona Norte, à Barra da Tijuca a Recreio.

Sendo assim, elabora uma discussão com Roberto Lobato Corrêa, David M. Vetter & Rosa Maria R. Massena, Luciana Correa do Lago, David Harvey, Milton Santos, a respeito da produção do espaço urbano como produto, meio e condição para a reprodução das relações sociais e as questões relacionadas ao valor de uso e valor de troca tendo o terra como mercadoria a atuação dos agentes que (re)produzem o espaço urbano.

Configurando um aporte quantitativo de sua pesquisa, apresenta alguns dados na forma de tabelas a respeito das densidades demográficas por área de planejamento da cidade do Rio de Janeiro para poder perceber as suas áreas de expansão. Também, dados de homogeneidade de renda por região administrativa para observar a diferenciação da estratificação espacial das áreas em crescimento. Esta parte da pesquisa é importante para perceber as realidades concretas historicamente construídas e a influência que esta confere nos processos subsequentes de centralização de desconcentração como foi mencionado anteriormente.

O autor ressalta a concentração de empresas sediadas na área central, mas, também a perda de várias destas para a Barra da Tijuca em busca de infraestrutura modernas levando a obsolescência de diversas áreas no centro

histórico carioca. Passa a apresentar algumas ações da administração pública para a dinamização como os programas de revitalização do centro histórico na Praça XV, Praça Tiradentes, Lapa e Corredor Cultural, construção de prédios modernos em adição ao Teleporto, construção da Cidade do Samba etc.

No bojo de investimentos em infra-estrutura de acordo com as demandas de reestruturação produtivas surgem as parcerias público-privadas, empreendimento pontuais e especulativos, a cultura como um grande negócio etc. Estes são alguns dos elementos no que passou a ser conhecido como city marketing ou administração empresarial da cidade tendo como objetivo atrair investimentos e torná-la competitiva no circuito mundial da economia. Como consequência, questiona-se a duração e o alcance dos benefícios. Transcorre então uma discussão com diversos autores, como Carlos Vainer, Ester Limonad, Jordi Borja, entre outros, sobre termos e práticas espaciais relacionadas ao empresariamento da gestão da cidade, como por exemplo: planejamento estratégico, o discurso para a venda das cidades com foco nos seus atributos valorizados pelo capital, a adoção de modelos externos, as intencionalidades destas dinâmicas.

Todo este movimento naturaliza e escamoteia os problemas urbanos não percebidos como estruturais e resultantes de processos sociais gerais. O autor destaca as coalizões que têm sido formadas para organizar o espaço da cidade adequando-a a dinâmica econômica da competitividade. São formadas parcerias, novas instituições, flexibilização do aparato legal, financiamentos multilaterais com forças coercitivas. Traça então, uma discussão a respeito dos processos de globalização e de localização que são indissociáveis. Como resultado (p. 149): “(...) a implementação do empreendedorismo na administração do Rio de Janeiro, contribuindo para novas espacialidades na cidade a partir das deslocamentos, desativações e reativações que movimentam vários grupos e agentes que produzem o espaço urbano, é exemplo dessa associação entre lugar e global.” O que se percebe é o acirramento de problemas sociais como a gentrificação atroz e a pobreza crescente.

No terceiro capítulo, subdividido em sete partes, tem por finalidade apresentar um panorama das transformações que vem ocorrendo pelo mundo

nas zonas portuárias e adjacências como um padrão de renovações e revitalizações. Questiona o “Modelo Barcelona”, amplamente seguido, inclusive pelo Brasil, com a necessidade de se pensar as especificidades de cada lugar e a questão da participação da população.

O autor demonstra o pioneirismo dos Estados Unidos em revitalização da frente marítima de Boston a partir da década de 1960 com atividades de lazer, shopping centers e habitações para população de alta renda. A partir disso, apresenta diversos exemplos ao redor do mundo com algumas variações pequenas, mas no geral, apresentando as principais características nas revitalizações de portos em diversos países na Europa, no Canadá. Pontua ainda que, seguindo o modelo já mencionado, observa-se a organização de grandes eventos, a concepção espacial centrada no consumo e no espetáculo como tônica para os projetos de revitalização e remodelação das áreas portuárias degradadas nos diversos países, como ocorre no Brasil inclusive.

O “Modelo de Barcelona” recebe foco porque este foi talvez o primeiro exemplo em produzir um discurso de mudança que contagiou boa parte da população e da mídia de forma muito contundente sendo visto como uma fórmula para as cidades portuárias sem se levar em consideração que este exemplo tem uma trajetória histórica que foi construída no decorrer do tempo e não pode ser reproduzida com os mesmos resultados.

O primeiro momento de reconstrução de Barcelona (décadas de 1970-80) houve uma conjunção de fatores históricos, como por exemplo: foi após a ditadura franquista, na qual havia uma base social de esquerda articulada e forte com as associações de bairros bem organizadas. Isto resultou em projetos de recuperação dos centros históricos com valorização, conservação e reutilização das áreas construídas. Também, reabilitação das periferias habitacionais. Isto resultou em uma linha de ação que equipou a cidade de maneira equilibrada e com melhoria de qualidade de vida para a população. Quanto as favelas, houve remoção de algumas, demolição de outras e remodelação para a integração ao tecido urbano.

Já o período subsequente, década de 1990, não houve o mesmo protagonismo público que na primeira. As áreas da cidade foram valorizadas



visando à economia global. As críticas são em cima do excessivo foco no turismo, nos serviços, nos grandes eventos e na especulação imobiliária em detrimento das carências sociais e urbanísticas denotando um modelo questionável que tem homogeneizado as formas de certas áreas das cidades desprendendo-a de suas historicidades. Observa-se a adoção deste “modelo” em alguns países na Oceania, na Ásia, na África e na América Latina, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

No quarto capítulo, o autor trabalha os novos valores que surgem no tecido urbano, os novos sistemas de produção e realidades do mercado contribuindo para a transformação da urbe carioca. Debate a mercadificação da cidade e as negociações entre o governo, empresariado para implementar as transformações. Desta feita, juntam-se as três dimensões de análise que destaca na introdução (pp. 31, 38): a morfologia ressaltando a materialidade, imaterialidade e as relações de troca com o entorno; os grupos sociais na produção do espaço; por fim, o uso do espaço e a vida que se dá no lugar com suas tensões e conflitos.

Apresenta a coalizão entre sujeitos na busca pela construção de uma imagem de cidade vendável para o mercado internacional, o city marketing com projetos tais como: favela-bairro, Rio-cidade, Porto Maravilha etc. Surgem as questões de habitação, a preservação do patrimônio arquitetônico, a legislação quanto ao uso do solo no recorte espacial em estudo. Pontua que os moradores dessas áreas são de média e baixa renda, quanto à moradia, logicamente, o empresariado só terá interesse em investir nestes projetos se houver um retorno garantido. De modo que, as revitalizações propostas seguem o modelo de outras já realizadas no planeta em contradição com as necessidades da população, de acordo com os interesses do capital através da segregação e fragmentação do espaço.

Ferreira ressalta a questão da política não deve se limitar aos políticos eleitos. Com alguns autores, discute como seria possível a participação do cidadão nas reivindicações do seu direito à cidade. Observa-se algumas mobilizações, porém, isoladas e específicas. Então, a necessidade de se pensar em escalas temporais e espaciais mais amplas na busca por

alternativas. Embora o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor preconizam a participação popular na decisões com respeito à cidade, questiona-se se estes não são meios de domesticar e “desarmar” os ativismos ao mesmo tempo contribuem para mercadificação da cidade (p. 238-240).

Em uma pesquisa qualitativa visando perceber mobilizações locais na zona portuária carioca, observa-se falta de informação de seus moradores sobre os projetos de reforma, alguns grupos de movimento fracamente mobilizados e a criminalização das mobilizações. Alguns têm reclamações, mas, não sabem como se mobilizar. Sendo assim, o autor ressalta a necessidade de solidariedades horizontais que devem ser historicamente construídas e fortalecidas em infinitos debates frente as solidariedades verticais que agrega atores hegemônicos. Além disso, a falta de mobilização decorre da opção pautada na urgência de sobreviver e da falta de tempo (pp. 242, 243).

No epílogo Ferreira retoma algumas considerações propostas na introdução e observa que o modelo adotado pelo Rio de Janeiro não foi o de Barcelona entre as décadas de 1970 e 1980. Mas, o da Barcelona Olímpica (1992). A proposta da pesquisa é ultrapassar o momento histórico da cidade como produto comercializável e restituir o conceito de cidade como obra, produzida no cotidiano pelas pessoas, pelas diferenças e não pela mercadoria. Existe a necessidade de pensar a participação popular como um movimento a partir da população de modo ativo e constante, visto que, nos deparamos com uma forma de desenvolvimento que é imposta e aceita, como projetos miméticos de modernização que impede a busca por modelizações possíveis e futuras. Analisando o problema de forma crítica em todos os seus elementos, passa descrever diversas medidas possíveis, como enuncia, “em busca de aberturas e possibilidades”.

Espera-se que esta resenha contribua para apresentar a presente obra como importante para todos que se debruçam para entender o espaço urbano em sua dinâmica. Ressalta-se ainda que, não há como dar conta de uma obra tão rica em elementos analisados, mas, que com certeza, cumpre com os seus objetivos, a saber, uma análise crítica de um fenômeno urbano com o intuito de promover possibilidades alternativas à lógica dominante.